

RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.097 - RO (2019/0253616-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : GOL LINHAS AEREAS S.A
ADVOGADOS : BERNARDO AUGUSTO GALINDO COUTINHO E OUTRO(S) - RO002991
ALINE SUMECK BOMBONATO - RO003728
RECORRIDO : AMAZON TRAINER VIAGENS E TURISMOS LTDA
ADVOGADOS : LENINE APOLINÁRIO DE ALENCAR - RO002219
CLAUDIO FON ORESTES E OUTRO(S) - RO006783

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GOL LINHAS AÉREAS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (e-STJ, fl. 90):

"Agravo de Instrumento. Tutela de urgência. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com danos morais. Tutela de urgência deferida para excluir o nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito.

Discussão da dívida. Recurso desprovido.

Para que seja possível a antecipação dos efeitos da tutela, devem estar presentes elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Se a discussão nos autos principais cinge-se em verificar se a dívida que gerou a inscrição no cadastro de inadimplentes é proveniente de ato fraudulento, nada mais prudente que – no período de apuração – seja retirada/baixada a restrição em nome da agravada (que é pessoa jurídica), sendo certo que na hipótese de ser constatada legitimidade da cobrança, nada impede que o protesto seja novamente efetivado."

Em suas razões, a recorrente aponta violação dos arts. 300, § 1º e 3º, e 1.022 do CPC/2015, além de dissídio jurisprudencial.

Afirma que o Tribunal de origem foi omissivo quanto à alegação de que a tutela antecipada não poderia ter sido deferida sem a prestação de caução idônea pela recorrida com relação ao débito que está sendo discutido.

Argumenta que não estão presentes os requisitos para o deferimento da antecipação da tutela e que *"há inquestionável perigo de irreversibilidade do provimento*

antecipado, caracterizando o periculum in mora inverso" (e-STJ, fl. 133), tendo em vista que a recorrida não fez o depósito integral do valor que está sendo discutido.

Acrescenta que esta Corte possui entendimento, no Resp 1340.236/SP, em caso semelhante, de ser necessária contracautela para sustação de protesto junto aos órgãos de proteção ao crédito (Tema 902).

É o relatório. Passo a decidir.

Extraí-se dos autos que a recorrida ajuizou ação declaratória de negativa de débito cumulada com indenização em desfavor da ora recorrente, ocasião em que pleiteou a concessão de tutela de urgência para determinar a retirada da negativação junto aos órgãos de proteção ao crédito, que foi deferida pelo magistrado de primeiro grau.

Tal decisão ensejou a interposição de agravo de instrumento, ao qual o Tribunal de origem negou provimento e manteve a concessão do pedido de tutela de urgência, nos seguintes termos (e-STJ, fls. 88/90):

"Na origem a agravada (que é uma agência de viagens) busca a declaração de inexistência do débito no valor de R\$ 3.976,66, referente a bilhetes cuja emissão não reconhece, porquanto realizados de forma fraudulenta.

Informa que por conta deste débito foi negativada perante os órgãos de proteção ao crédito, sendo deferida a tutela antecipada para que a agravante promovesse a retirada da restrição até o julgamento final da lide.

A decisão agravada foi assim fundamentada:

“Trata-se de ação declaratória de negativa de débito cumulada com condenação a indenização por danos morais e pedido d tutela proposta por Amazon Trainner Viagens e Turismo em desfavor da em síntese, requer o autor a declaração de Ltda – EPP Gol Linhas Aéreas S/A, inexistência do débito no valor de R\$ 3.976,66, referente aos bilhetes emitidos de forma fraudulenta, conforme indicado na inicial, indenização por danos morais no valor de R\$ 10.000,00 e a concessão dos efeitos da tutela para que a requerida proceda com a imediata exclusão do nome da autora junto aos órgão de proteção ao crédito, bem como abster de realizar novos registros relativo aos bilhetes indevidamente emitidos pelo sistema pertinentes ao exercício de 2013. Apresentou documentos. Após breve relato, passo a analisar os pedidos no que se referem a tutela.

O art. 294 e seguintes do NCPC preveem a concessão da tutela provisória, estabelecendo requisitos próprios para a concessão de cada medida, a depender do provimento pretendido pela parte requerente.

Por sua vez, o art. 311 traz as hipóteses em que, independentemente da existência de perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, poderá o Poder Judiciário garantir à parte a obtenção da tutela com fundamento na evidência do direito.

No caso em tela, o autor vem a juízo sustentando que a requerida incluiu seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito decorrente de emissão de bilhete de forma fraudulenta, de maneira que a narrativa subsume-se à hipótese do inciso II ou III do referido artigo.

Assim, os elementos dos autos são suficientes para que se conceda a medida pretendida.

Ante o exposto, CONCEDO a TUTELA e DETERMINO à parte requerida que promova a retirada/baixa da restrição efetivada, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até final julgamento da lide, sob pena de, desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária no valor de R\$ 500,00, até o limite de R\$5.000,00, sem prejuízo da apuração de eventual crime de desobediência, nos termos do art.330, CP, bem como se abstenha de realizar novos registros relativo aos bilhetes indevidamente emitidos pelo sistema pertinentes ao exercício de 2013, devendo o autor, em caso de descumprimento da ordem pelo requerido, comunicar imediatamente este juízo, sob pena de não incidência da multa.”

A agravante busca a reforma desta decisão ao fundamento de que a tutela antecipada não poderia ter sido deferida sem a caução idônea no valor total que está sendo discutido nos autos, nos termos do art. 300, §1º, do CPC. Como não houve a garantia do juízo, em caso de eventual improcedência da ação, não haverá ressarcimento pela agravante no valor que está deixando de receber, o que lhe causará sérios prejuízos.

Como dito na decisão que analisou o efeito, o art. 300, §1º, do CPC, prevê a possibilidade de exigência de caução, contudo, é certo que não é uma medida obrigatória que se impõe em toda a hipótese de concessão de tutela de urgência, sendo claro que o juiz poderá exigir a prestação a depender do caso concreto. Com efeito:

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, , exigir caução o juiz pode, conforme o caso real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.”
gn

Logo, não há óbice para a concessão de tutela sem a devida caução, sendo certo que o agravado demonstrou a presença dos requisitos para que lhe fosse deferido o pedido de tutela de urgência que formulou.

Importante destacar que a questão demanda prova, já que a alegação é de que a dívida cobrada pela agravante é originária de operação fraudulenta, razão pela qual nada mais prudente que – no período de apuração – seja retirada a restrição em nome da agravada (que é pessoa jurídica), sendo certo que na hipótese de ser constatada legitimidade da cobrança, nada impede que o protesto seja novamente efetivado.

De qualquer forma, descabida a alegação do agravante de que sofrerá prejuízo irreversível, pois, na hipótese da demanda ser julgada improcedente, a negativação será retomada e possíveis prejuízos poderão ser cobrados em ação própria.

Isso porque existe a responsabilidade do sujeito beneficiário da tutela antecipada em cumprir eventual obrigação com aquele contra quem a ordem foi requerida e efetivada, caso esta não seja confirmada na sentença de mérito.”

Como se observa, a Corte local analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia envolvendo a controvérsia e destacou, inclusive, a desnecessidade de caução para a concessão da tutela antecipada, de modo que a conclusão do julgado apenas foi diversa da pretendida pela recorrente e a rejeição dos embargos declaratórios, nesse contexto, não implica contrariedade ao art. 1.022 do CPC/2015.

Aliás, o Tribunal de origem concluiu, com base nas provas contidas nos autos, pela presença dos requisitos autorizadores do deferimento da tutela antecipada, que consistia na retirada da restrição efetivada no nome da parte recorrida.

Segundo a compreensão pacífica desta Corte de Justiça, é inviável o exame,

em sede de recuso especial, acerca da ocorrência, ou não, dos requisitos para a concessão de tutela antecipada, previstos no art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que a alteração das premissas adotadas pelo Tribunal de origem demanda, em regra, a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que, no entanto, é vedado pelo enunciado n.º 7/STJ.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE. GEAP. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO PARCIAL DA TUTELA ANTECIPADA. DEBATE QUANTO AO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 735/STF. ALEGADA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 300 DO NCPC. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. VEDAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL SUFICIENTE, POR SI SÓ, PARA MANTER O JULGADO. ÓBICE DA SÚMULA 126/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO." (AgInt no AREsp 1.259.313/AL, Relator o Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, DJe de 14/12/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL. DATA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.

1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado n.º 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1.085.584/SP, Relatora a Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 14/12/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Noutro vértice, a exigência de caução insere-se no âmbito da discricionariedade motivadamente vinculada do julgador, o qual pode afastá-la quando a hipótese assim o permitir. Tal situação ficou devidamente evidenciada pelo acórdão impugnado quando ressaltou não só a discussão de fundo - que versaria sobre a existência de possível fraude, a resvalar na higidez do crédito postulado -, mas também ao demonstrar que a inexistência de caução não causaria prejuízo a recorrente.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator